BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO EM DECORRÊNCIA DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NOS REGIMES ESPANHOL E PORTUGUÊS

Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim

Advogado. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas. Professor do Centro Universitário CESMAC. Professor-assistente da Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO: *O presente texto busca sistematizar um estudo comparativo entre os regimes espanhol e português a respeito da responsabilidade extracontratual do Estado por conta do funcionamento dos serviços públicos, pontuando as consequências tanto em virtude de eventuais danos gerados pelo funcionamento anormal quanto pela atuação normal da Administração Pública.*

PALAVRAS-CHAVE: *Administração Pública. Serviços Públicos. Funcionamento normal e anormal.*

ABSTRACT: *This paper seeks to systematize a comparative study between the Spanish and Portuguese regimes regarding the liability of the State on account of the functioning of public services, scoring both because the consequences of any damage caused by abnormal functioning as normal by the agency of public administration.*

KEY WORDS: *Public Administration. Public Services. Normal and abnormal functioning.*

INTRODUÇÃO

Em um mundo ideal a Administração sempre atuaria corretamente, o que, em acontecendo, evitaria prejuízo aos administrados, aqui entendidos como os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, empresas e entidades de todo o tipo, bem como seus próprios empregados. No caso de ser necessário causar algum prejuízo particular para atingir o interesse público, adotaria os procedimentos necessários, a exemplo dos expropriatórios. Como não vivemos em um mundo ideal, a atuação da Administração, assim como de qualquer pessoa ou entidade, pode provocar danos a outras pessoas. Como a Administração não pode tudo, aqueles que se sintam eventualmente prejudicados em decorrência de sua atuação podem reclamar os danos por ela causados sempre que não estejam obrigados a suportá-los. (MERCADO, 2009, p. 1).

Durante muito tempo não foi possível exigir do Estado responsabilidade não decorrente de contrato – *extracontratual* -, noção representada pela conhecida máxima inglesa segundo a qual *the King can do no wrong*, ou seja, o Rei não comete erros ou, num significado mais apropriado aos temas aqui discutidos, atos ilícitos. Assim, o lesado somente podia exigir a responsabilidade do próprio funcionário autor do dano, sem prejuízo de que o Estado pudesse compensar a vítima graciosamente. Com o passar do tempo, passa-se a reconhecer a responsabilidade do Estado a partir de diversas perspectivas.

No presente estudo, será discutido um dos aspectos da responsabilidade extracontratual da Administração numa perspectiva comparada, entre Portugal e Espanha, a saber, a imputação de responsabilidade à Administração por conta do funcionamento dos serviços públicos. Inicialmente, abordaremos alguns aspectos introdutórios do regime espanhol, promovendo o necessário corte metodológico no tópico que nos interessa para a comparação acima referida.

Por fim, analisaremos os aspectos relacionados ao aludido instituto no sistema jurídico português.

1 BREVES NOTAS SOBRE A RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA ESPANHA

- **Conceito**

O alcance da responsabilidade da Administração na Espanha é mais amplo que em outros países de seu entorno. Praticamente não existem âmbitos imunes a indenização pelos danos causados e esta responsabilidade tem caráter objetivo, ou seja, não se exige a prova de que tenha havido má-fé ou sequer a negligência de qualquer autoridade ou empregado público. (MERCADO, 2009, p. 1).

A responsabilidade extracontratual da Administração Pública é um instituto fundamental ao sistema administrativo em um Estado de Direito, como instrumento hábil a possibilitar o ressarcimento aos cidadãos dos danos causados pela Administração, quando aqueles não tenham o dever jurídico de suportá-los. Além do que, representa uma garantia subsidiária, pois quando a Administração não revê sua atuação danosa, possibilita que se exija indenização pelos danos e prejuízos causados. (MERCADO, 2009, p. 1-2).

É denominada na Espanha responsabilidade “*patrimonial*”, termo que, embora utilizado pela legislação nacional – que será identificada e tratada mais adiante - é considerado impróprio por alguns autores. Isto porque a aludida norma estabelece exclusivamente o regime da responsabilidade extracontratual da Administração pela causa de danos a terceiros, sem, todavia, fazer qualquer referência à outra subespécie da responsabilidade patrimonial da Administração, a “*contratual*”, disciplinada em normas distintas. Razão pela qual a terminologia adotada apresenta-se inadequada, uma vez que a responsabilidade contratual é também uma responsabilidade patrimonial, atinente ao patrimônio do sujeito e não à sua pessoa. (VÁZQUEZ-SEIJÁS, 2009, p. 2).

- **Fundamento**

No regime espanhol, a noção de ilicitude da conduta da Administração é totalmente prescindível e sua responsabilidade se assenta no dado objetivo do dano causado ao particular, não sendo relevante o fato de o causador do dano ter agido com culpa ou sem ela. Nesta linha, tem-se pretendido fundamentar a responsabilidade objetiva da Administração na criação por parte desta de um risco ou, ainda, no enriquecimento sem causa da mesma, como é o caso de García de Enterría (apud MERCADO, 2009, p. 3), ideia por sua vez criticada por Entre na Cuesta (apud MERCADO, 2009, p. 3), que afirma nem sempre existir um risco ou enriquecimento injusto da Administração.

Outros autores, no entanto, preferem apontar como fundamento da responsabilidade objetiva da Administração, no sistema espanhol, o princípio da igualdade perante a lei, segundo o qual, uma vez que os administrados devem suportar os encargos públicos de um modo geral, aqueles que sofram um dano específico, excessivo e desigual devem ser indenizados. No mesmo sentido, o artigo 141.1 do diploma legal aplicável – Lei do Regime Jurídico das Administrações Públicas e do Procedimento Administrativo Comum – prevê que apenas serão indenizáveis as lesões causadas ao particular em decorrência de danos que este não tenha o dever jurídico de suportar de acordo com a lei. (MERCADO, 2009, p. 3).

- **Regulação**

- *Antecedentes*

A responsabilidade da Administração foi prevista no sistema espanhol, inicialmente, em situações concretas. A Lei de 9 de Abril de 1842 estabeleceu a obrigação de a Nação indenizar os danos causados tanto no ataque quanto na defesa de praças, populações, prédios, etc. O Código Civil espanhol, em decorrência da natural finalidade codificadora, abarcou a possibilidade de responsabilidade da Administração, já de maneira abstrata, porém de forma limitada. (MERCADO, 2009, p. 4.).

Com o tempo, certas leis especiais passaram a reconhecer a responsabilidade do Estado, mas apenas como exceção ao princípio geral da irresponsabilidade. A Constituição Republicana de 1931, por sua vez, em seu artigo 41, previu a responsabilidade dos entes públicos pela primeira vez, ainda que com caráter subsidiário. (MERCADO, 2009, p. 4).

Foi, no entanto, a Lei de Expropriação Forçosa de 16 de Dezembro de 1954 – adiante referida apenas como *LEF* – no artigo 121, que disciplinou com caráter geral, pela primeira vez, a responsabilidade objetiva e sempre direta da Administração, completando a previsão nos artigos seguintes, ao tratar sobre os requisitos objetivos e temporais da responsabilidade, bem como sobre o procedimento para buscar reparação por conta de eventuais danos causados por concessionários e contratados. (MERCADO, 2009, p. 4).

A LEF era aplicável a todos os entes públicos, uma vez que derogou o que previa a Lei de Regime Local, de 1950, conforme previsto no Regulamento de Expropriação Forçosa de 26 de Abril de 1957, que reconheceu a aplicabilidade da LEF aos entes locais e institucionais e, por outro lado, ampliou a previsão de indenização para abarcar toda classe de bens e direitos¹ e não apenas aos expropriáveis a que se refere a LEF. Posteriormente, a Lei do Regime Jurídico da Administração do Estado, de 1957, detalhou o tema em âmbito estatal.

- *A responsabilidade patrimonial na constituição espanhola: competências estatais e autônomas*

A Constituição espanhola de 1978 prevê em seu artigo 9.3 o princípio da responsabilidade dos poderes públicos, além de estabelecer no artigo 106.2 que os particulares tem direito receber indenização por conta de lesões sofridas em relação a quaisquer bens ou direitos, à exceção dos casos de força maior, sempre que o dano decorra do funcionamento dos serviços públicos. (MERCADO, 2009, p. 5).

O artigo 149.1.18^a da Constituição espanhola confere competência exclusiva ao Estado no tocante ao regime de responsabilidade aplicável a todas as Administrações Públicas, razão pela qual as Comunidades Autônomas devem submeter-se à regulamentação legal geral sobre o tema, sem prejuízo das peculiaridades de procedimento decorrentes de sua específica organização. (MERCADO, 2009, p. 5).

Ou seja, o regime comum de responsabilidade vem estabelecido, necessariamente, pelo Estado, sem que constitua meros referenciais a serem desenvolvidos pela legislação autônoma. Isto porque é possível que esta inclua no aludido sistema pressupostos indenizatórios concretos, assim como normas de competência ou regras procedimentais. Embora, para tanto, se exige que se atenham o procedimento administrativo comum geral, além do procedimento da responsabilidade patrimonial na condição de uma garantia procedimental comum. (MERCADO, 2009, p. 6).

¹Previsão esta atualmente derogada pelo Regulamento de Procedimentos Administrativos em matéria de Responsabilidade Patrimonial, de 26 de março de 1993, conforme destaca MERCADO, Francisco García Gómez de. *Responsabilidad patrimonial de la administración. Cuándo y como indemniza la Administración. Especial consideración del ámbito urbanístico y de otros sectores específicos de la Administración*. Granada: Comares, 2009, p. 5.

- *Regulação atual*

Atualmente, ao lado das normas da LEF que não tenham sido expressamente derogadas, assim como dos preceitos constitucionais pertinentes, a responsabilidade extracontratual da Administração está disciplinada pelos artigos 139 e seguintes da Lei do Regime Jurídico das Administrações Públicas e do Procedimento Administrativo Comum – a partir de agora referida apenas como *LRJAP-PAC* – de 26 de novembro de 1992.

O diploma em comento basicamente concorda com o disposto na LEF e, ainda no que não o faz, prevalece por ser norma posterior, assim como por conta do Real Decreto de 26 de março de 1993, que aprova o regulamento de procedimentos administrativos em matéria de responsabilidade patrimonial. Posteriormente, a Lei 4/1999, de 13 de janeiro, modificou o regramento legal referido. (MERCADO, 2009, p. 7).

Nas hipóteses em que a Administração Pública atue em relações de direito privado, será diretamente responsável pelos danos e prejuízos causados por aqueles que estiverem à seu serviço, considerando-se a atuação destes como atos próprios da Administração. A Lei 4/1999, já citada, dispõe que a responsabilidade da Administração, na seara do direito privado, se regerá pelo regime da responsabilidade administrativa e não só pelas normas de procedimento, como ocorria antes. (MERCADO, 2009, p. 7).

- **Imputação de responsabilidade à administração por conta do funcionamento dos serviços públicos no regime espanhol**

- *Delimitação da noção de serviço público*

Inicialmente, anote-se que, para que se reconheça a existência de responsabilidade da Administração deve haver uma atuação imputável a esta, por meio das pessoas que compõem seus órgãos e agem por conta dela, dentro do funcionamento normal ou anormal da Administração. Assim, a Administração não responderá pela atuação de um agente quando tal se dê fora do âmbito de sua específica atividade, absolutamente à margem das funções inerentes a seu cargo, nem que exercidas de modo anormal ou abusivo, justamente por não se configurar, em hipóteses que tais, uma atuação *da Administração*. É preciso, portanto, para que haja responsabilização a ser imputada à Administração, que o dano tenha sido causado pelo funcionamento normal ou anormal dos serviços públicos, nos termos do que prevê o artigo 121.1 da LEF, reiterado pelo artigo 139.1 da *LRJAP-PAC* e confirmado pelo disposto no artigo 106.2 da Constituição espanhola. (MERCADO, 2009, p. 30).

Por sua vez, a doutrina espanhola pertinente é praticamente unânime no sentido de entender que a expressão *serviços públicos* inclui toda a atuação da Administração sujeita ao direito administrativo, tanto jurídica quanto material. Há que se ressaltar, contudo, que, para estes efeitos, excluem-se o exercício de ações ou formulação de pretensões pela via judicial, não havendo que se falar em indenização, por falta de nexo causal e, mais que isso, atuação administrativa. (MERCADO, 2009, p. 30).

- *Funcionamento normal ou anormal do serviço e desnecessidade de culpa*

A Constituição espanhola, em seu artigo 106.2, refere-se apenas ao *funcionamento dos serviços públicos*, o que faz com que se adote o entendimento no sentido de coincidir com o tratamento dado ao tema pela legislação ordinária, para fins de aí abarcar tanto o funcionamento *normal* quanto *anormal*. Em que pese alguns autores sustentarem que a responsabilidade patrimonial da Administração deva se limitar aos atos decorrentes do funcionamento *anormal*, tal entendimento não é compartilhado pela jurisprudência espanhola, que, diante do caráter objetivo da responsabilidade, defende a tese de que, mesmo que o funcionamento do serviço público tenha sido correto, não há motivo para que a Administração seja exonerada de

responsabilidade. (FALLA, 2009, p. 32). Assim, conforme Mercado (2009), acaba por ser irrelevante que o funcionamento seja normal ou anormal, bem como estabelecer a licitude ou ilicitude da atuação, sem prejuízo, naturalmente, do que se opera no caso das condutas omissivas.

Ressalte-se, por fim, que para efeito da incidência da responsabilização aqui tratada, não há necessidade da demonstração de culpa da Administração ou de seus funcionários ou agentes, excluindo-se, apenas, a hipótese de força maior. Desta feita, a responsabilidade patrimonial da Administração, no caso espanhol, caracteriza-se por representar uma vertente objetiva ou por resultado, em que é indiferente o fato de a atuação administrativa ter sido produzida com culpa ou negligência, ou até mesmo sem ela, permanecendo presente a responsabilidade da Administração, ainda que por caso fortuito. (MERCADO, 2009, p. 32).

2 RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SISTEMA PORTUGUÊS

- **Breves antecedentes do novo regime**

O sistema da responsabilidade extracontratual da administração era determinado pelo Decreto-Lei nº 48.051/67, que apenas contemplava a responsabilidade por atos da função administrativa. Com o advento da Constituição da República Portuguesa de 1976, notadamente o disposto no art. 22, as demais funções desempenhadas pela Administração foram também abarcadas, o que gerou a necessidade de alteração do referido Decreto-Lei².

Além da necessidade de alteração da ideia de responsabilidade em si³, o Tribunal Europeu estabeleceu uma sanção pecuniária para o caso de Portugal não editar uma nova legislação sobre o tema, a partir de 01.01.2008, razão pela qual o novo regime legal foi promulgado em 31.12.2007. Portanto, o regime da responsabilidade extracontratual do Estado em Portugal é atualmente disciplinado pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro.

- **Responsabilidade da administração em decorrência do funcionamento dos serviços públicos - funcionamento anormal do serviço**

Uma das mudanças principais promovidas pelo Decreto-Lei nº 67/2007 é o fato de admitir expressamente a responsabilidade no caso de atuação ilícita da Administração, independente da culpa de seus agentes, em duas as hipóteses previstas no referido diploma. A primeira delas, quando se tratar de “violação de normas em procedimentos de formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, de prestação de serviços e de fornecimento de bens”. Enquanto a segunda, trata de forma expressa da “responsabilidade dos entes públicos pelos danos causados pelo funcionamento anormal do serviço. (ANDRADE,

²Sobre o tema, destaca MESQUITA, Maria José Rangel de. *O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e o Direito da União Européia*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 19, que “O objetivo que presidiu ao novo Regime” teria sido o de “aperfeiçoar o regime da responsabilidade pelo exercício da função administrativa”. Anota, também, GOMES, Carla Amado. Tropicamente – e a quatro mãos – sobre o novo regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades pública. In: *Textos Dispersos sobre Direito da Responsabilidade Civil Extracontratual das Entidades Públicas*. Lisboa: AAFDL, 2010, p. 237: “Vários factores concorreram para a tomada de posição do legislador, sendo porventura a mais próxima a necessidade de adequar, na lógica do Estado de Direito democrático, o quadro normativo às diretrizes constitucionais do artigo 22º, mas não menos decisiva a pressão da jurisprudência comunitária no sentido de responsabilizar os Estados por violações, por acção e omissão, do Direito europeu”.

³Por conta do fato de a responsabilidade em Portugal, até então, basicamente decorrer da noção de culpa, o que, no entender do Tribunal Europeu, dificultaria a efetivação da responsabilização estatal, conforme esclarecido pelo Senhor Doutor Vieira de Andrade, durante o seminário *Administração e Responsabilidade*.

2008, p. 363). Esta última representa o objeto de nossa abordagem e está disciplinada no art. 7º, nºs 3 e 4, do Decreto-Lei nº 67/2007⁴.

Restará configurado o funcionamento anormal do serviço nos casos em que este funcione ou organize-se com um cuidado abaixo do nível minimamente exigido.⁵ (MATOS; SOUSA, 2008, p. 27). Segundo os autores, o conceito representa, então, ainda que em parte, “*um sucedâneo da culpa*”, razão pela qual se fazia referência à culpa do serviço⁶.

Trata-se de hipóteses em que os danos causados não são decorrentes da atuação específica de um determinado agente, casos estes em que se poderia falar, no máximo, ainda que impropriamente, em culpa coletiva, ou situações onde não seja possível definir prova de autoria pessoal da ação ou omissão, sendo possível referir-se, de maneira igualmente imprópria, à culpa anônima. Não obstante, pode-se confirmar que os danos eventualmente causados decorrem de um mau funcionamento do serviço.⁷ (ANDRADE, 2008, p. 363).

Em que pese tal hipótese somente ter sido tratada legislativamente com o advento do Decreto-Lei nº 67/2007, tanto a doutrina quanto a jurisprudência já a admitiam, com fundamento nos princípios gerais de direito, dada a necessidade de proteger os particulares que sofreram danos decorrentes da atuação administrativa, nos casos em que a culpa dos agentes no caso concreto não pudesse ser caracterizada com facilidade. (ANDRADE, 2008, p. 363).

De se anotar, ainda, que o artigo 9º, nº 2, do Decreto-Lei nº 67/2007 qualifica como ilícita a violação de direitos legalmente tutelados quando esta decorra do funcionamento anormal do serviço, “*situando no plano da ilicitude um problema que antes se equacionava no plano da culpa*.” (ANDRADE, 2008, p. 366).

Assim, a ilicitude seria aferida a partir de um “*standard objetivo de funcionamento*”⁸ e não com base em um “*padrão normativo de conduta*.” (ANDRADE, 2008, p. 366). A partir de tal critério, haverá ilicitude sempre que, em circunstâncias concretas, seja razoável exigir uma atuação que faça com que o dano seja evitado, tendo por base padrões médios de resultado. Esclareça-se que a previsão de estandardizar a qualidade dos serviços a um nível *médio* não torna necessário que este deva ser *elevado*⁹, mas tão-somente que tenha uma exigência mais

⁴O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público são ainda responsáveis quando os danos não tenham resultado do comportamento concreto de um titular de órgão, funcionário ou agente determinado, ou não seja possível provar a autoria pessoal da acção ou omissão, mas devam ser atribuídos a um funcionamento anormal do serviço.

⁴ Existe funcionamento anormal do serviço quando, atendendo às circunstâncias e a padrões médios de resultado, fosse razoavelmente exigível ao serviço uma actuação susceptível de evitar os danos produzidos.

⁵Os autores ainda ressaltam que “o art. 7º, 4 RRCEC é ambíguo quando se refere aos ‘padrões médios de resultado’ e demasiado restrito, por parecer reduzir-se às omissões, quando se refere a ‘uma actuação suscetível de evitar os danos produzidos’”.

⁶ Os autores destacam, ainda, que “A teoria da culpa do serviço foi admitida pela primeira vez pela jurisprudência administrativa portuguesa a propósito da responsabilidade do Estado pelos danos provocados pela ruína de uma muralha no Porto, causada pela omissão das necessárias obras de conservação, apesar de não ter sido possível apurar a identidade dos titulares de órgãos ou agentes omitentes. (Ac. STA, 28/11/1966, ADSTA 51 (1966), 321)”. Quanto à designação culpa do serviço, vide ainda ANDRADE, José Carlos Vieira de. A responsabilidade por danos decorrentes do exercício da função administrativa na nova lei sobre responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entes públicos. *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 137, n. 3951, p. 363, jul.-ago. 2008.

⁷Também a respeito das noções de *culpa coletiva* e *culpa anônima*: CADILHA, 2008, p. 132.

⁸Que seria o artigo 7º, nº 4 do Decreto-Lei nº 67/2007. Na mesma linha CADILHA (2008, p. 133).

⁹A respeito, ANDRADE (2008, p. 366) destaca que o Presidente da República manifestou em seu veto “*dúvidas quanto à mediania*”, por ser possível que a atuação administrativa, ainda que não corresponda “*a um resultado médio*”, mesmo assim não configurar funcionamento anormal, levando-se em conta os meios disponíveis no momento. Sobre o argumento, completa o autor afirmando que decisões desarrazoadas podem ser evitadas analisando as circunstâncias do caso concreto.

elevada, quando comparado com a noção de “deficiências organizativas”, utilizada anteriormente pela jurisprudência para caracterizar a culpa do serviço. (ANDRADE, 2008, p. 366).

Anote-se, por fim, que, numa perspectiva *objetiva*, a ilicitude é medida com base na razoabilidade, ou seja, o funcionamento anormal do serviço restará caracterizado nas hipóteses em que a atuação administrativa situe-se em um patamar abaixo do razoavelmente exigido, resultando, assim, num comportamento antijurídico. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 67/2007 também vislumbra o agir administrativo a partir de uma vertente *subjetiva*, em decorrência do disposto no art. 9º, nº 2 do mencionado regime legal, donde se conclui que a noção de funcionamento anormal do serviço – capaz de gerar o dever de indenizar – não será caracterizada a partir de qualquer comportamento da Administração. Para tanto, exige-se que a atuação tenha a potencialidade de violar direitos ou interesses protegidos pelo sistema jurídico. (CADILHA, 2008, p. 134).

CONCLUSÃO

Pelas razões postas, conclui-se que o sistema de responsabilidade patrimonial na Espanha, denominação esta utilizada pela legislação espanhola, consagra uma responsabilidade objetiva, em que não é necessária a demonstração de culpa da Administração, de seus funcionários ou agentes, restando excluída, apenas, a hipótese de força maior. Por tal razão, para que haja responsabilização, é suficiente que exista um ato imputável aos serviços da Administração, não sendo necessário discutir se a atuação se deu com dolo ou culpa dos seus agentes.

Além do que, no modelo espanhol, para que haja a responsabilização da Administração por conta de um dano causado por uma atuação sua em decorrência do funcionamento de um serviço público, seja este reconhecido como anormal – por ter sido consequência de um agir passível de culpa por parte da Administração ou de seus integrantes -, seja qualificado como normal, é indiferente que o agir administrativo seja previamente classificado como lícito ou ilícito.

No regime português, ao contrário, apenas os danos gerados por conta do funcionamento anormal dos serviços podem causar a responsabilidade das entidades públicas, sendo tal noção entendida como o comportamento violador das disposições do sistema jurídico e dos deveres de cuidado. Contudo, para que subsista a obrigação de indenizar, necessário se faz aferir a natureza lesiva da atuação administrativa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Carlos Vieira de. A responsabilidade por danos decorrentes do exercício da função administrativa na nova lei sobre responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entes públicos. *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 137, n. 3951, p. 360-371, jul.-ago. 2008.

CADILHA, Carlos Alberto Fernandes. *Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas - Anotado*. Coimbra: Coimbra, 2008.

GOMES, Carla Amado. Topicamente – e a quatro mãos – sobre o novo regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas. In: *Textos Dispersos sobre Direito da Responsabilidade Civil Extracontratual das Entidades Públicas*. Lisboa: AAFDL, 2010.

MATOS, André salgado de; SOUSA, Marcelo Rebelo de. *Responsabilidade Civil Administrativa, Direito Administrativo Geral, Tomo III*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

MERCADO, Francisco García Gómez de. *Responsabilidad patrimonial de la administración. Cuándo y como indemniza la Administración. Especial consideración del ámbito urbanístico y de otros sectores específicos de la Administración*. Granada: Comares, 2009.

MESQUITA, Maria José Rangel de. *O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e o Direito da União Europeia*. Coimbra: Almedina, 2009.